

ENCONTRO do POLITÉCNICO

de **DOCENTES**
e **INVESTIGADORES**

Coimbra | 6 Dez. '08



FENPROF

Federação Nacional dos Professores

www.fenprof.pt

Questões para debate

I. INTRODUÇÃO

As alterações verificadas no subsistema do Ensino Superior Politécnico, desde o momento da sua criação e da publicação do estatuto de carreira docente respectivo, e as recentes mudanças legislativas bem como a sua concretização em perspectiva, levaram a FENPROF a promover este Encontro subordinado ao tema: Politécnico: Que Carreira?

Nele pretende a FENPROF que seja debatido, da forma mais aberta possível, o que deverá vir a ser o futuro deste subsistema, quais as melhores soluções para uma nova carreira docente, bem como qual o processo de transição mais adequado.

Por esta razão, embora a FENPROF tenha vindo, ao longo do tempo, a pronunciar-se e a apresentar propostas para a valorização do Politécnico e para a resolução dos graves problemas de precariedade que afectam cerca de 3/4 dos seus docentes, entendeu-se que, em vez da elaboração de um repositório dessas posições e propostas, seria mais produtiva para o debate a sugestão de um conjunto de questões destinadas a possibilitar o aparecimento de eventuais novas abordagens e novas soluções.

II. ENQUADRAMENTO

Ao longo dos anos, desde a sua criação em 1981, o poder político tem fornecido orientações (por acção ou por omissão) contraditórias sobre os objectivos estratégicos que pretende para o Politécnico.

O actual Governo começou por pressionar os Politécnicos para que se envolvessem na formação pós-secundária (CET), ao mesmo tempo que punha enormes dificuldades na aprovação de mestrados. Deste modo lançou a suspeita de que pretendia desvalorizar o papel de ensino superior do Politécnico, remetendo-o o mais possível para um papel pós-secundário, mais próximo do propósito inicial de "ensino superior curto". Entretanto, acabou recentemente por aprovar cerca de 90 mestrados que se foram juntar a um número idêntico já anteriormente aprovado.

A nova carreira docente do ensino superior politécnico deveria estar em correspondência com o que se espera para o futuro do Politécnico. No entanto, a indefinição que ameaça

continuar relativamente às opções estratégicas para este subsistema, que radica essencialmente na enorme diversidade das grandes áreas disciplinares abrangidas, na falta geral de dinamismo da economia, nos desequilíbrios do desenvolvimento regional e na debilidade do tecido empresarial, aconselha como orientação principal que se ponha o acento tónico num corpo docente predominantemente detentor de qualificações padrão internacionalmente reconhecidas, sem prejuízo de se garantir a existência de perfis diversificados capazes de responder com eficácia às várias missões do ensino superior em geral.

Entretanto, a carreira dos docentes do Politécnico, que nunca foi negociada com os sindicatos, encontra-se necessitada de urgente revisão. Existem várias razões para isso:

- a) A desactualização dos pressupostos iniciais quanto aos objectivos do desenvolvimento do Politécnico e as actuais perspectivas de futuro deste subsistema, no quadro das necessidades do desenvolvimento social e económico do país, em particular no que se refere à sua ligação à sociedade, designadamente no âmbito do desenvolvimento regional, e à formação de jovens e de trabalhadores já integrados na população activa.
- b) As alterações introduzidas pelo Processo de Bolonha, em particular a passagem dos antigos bacharelatos, quase sem alteração, a licenciaturas, e a aproximação dos novos mestrados às antigas licenciaturas, o que põe em causa a habilitação de referência (o mestrado) ainda adoptada na carreira;
- c) A publicação do RJIES, onde é criado o título de especialista (a aguardar concretização em D.-L.) e onde se estabelecem requisitos relativos a números mínimos de doutorados e de especialistas em cada instituição;
- d) A existência de uma carreira paralela, ocupada pela maioria dos docentes que se encontram em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva (usando impropriamente a figura contratual da equiparação) que resulta da ausência de um percurso de carreira conducente à estabilidade profissional, tornando assim evidente a desadequação dos actuais estatutos.

Há, deste modo, várias questões a que urge dar resposta para que seja possível definir uma nova estrutura para a

carreira docente do Politécnico, incluindo um regime de transição, que se identificam nos capítulos seguintes.

III. O FUTURO DO POLITÉCNICO E AS SUAS REPERCUSSÕES NA ESTRUTURA DA CARREIRA DOCENTE

1. Que linhas principais deverá a FENPROF defender, tendo em consideração a legislação publicada, a política do Governo e as posições dos representantes das instituições, para o desenvolvimento do Politécnico?
2. Como deverá ser feita a racionalização da oferta no subsistema Politécnico? Essa racionalização passará pela criação de consórcios de Institutos Politécnicos de base regional, com a designação de Universidades de Ciências Aplicadas como propõe o CCISP? Neste caso, como se deverá assegurar a individualidade e a autonomia de cada instituição no âmbito de consórcios? Se não passa por esta transformação, quais são as saídas para a actual situação, não sustentável por muito mais tempo, designadamente numa perspectiva de desenvolvimento do subsistema público de ensino superior?
3. Como encarar a outra solução, tentada ou projectada, de associar Institutos Politécnicos, ou escolas suas, com Universidades?
4. Como poderá ser enquadrada a gestão dos recursos humanos no âmbito de consórcios?
5. Como compatibilizar objectivos distintos como a formação pós-secundária (CET), a leccionação de mestrados e o ensino ao longo da vida?
6. Qual o lugar da investigação e da inovação no Politécnico? Como conseguir que o Politécnico tire maior partido de docentes seus a fazer investigação em unidades universitárias? Como contrariar uma tendência de bloqueamento ao desenvolvimento do ensino superior politécnico nestes dois âmbitos?
7. Em que medida é útil para as instituições de ensino superior politécnico a realização, ainda, em muitos casos, de mestrados sob a responsabilidade de universidades?

IV. ORIENTAÇÕES PARA A REVISÃO DA CARREIRA DOCENTE DO POLITÉCNICO

1. A diversidade das áreas do saber abrangidas pelas instituições politécnicas deve ter repercussões na estrutura da carreira?
2. Quais as novas habilitações, ou qualificações, de referência a consagrar para a carreira docente do Politécnico, tendo em consideração os perfis de docentes necessários para as suas missões? [Por "qualificações de referência" pretende-se significar que um posto permanente de docência deverá ser ocupado apenas por quem tenha adquirido essas

qualificações]. Deverão ser consagradas como qualificações de referência o doutoramento e o futuro título de especialista? Caso afirmativo, deverão ser estabelecidos critérios (quais?) para a repartição dos docentes entre doutores e especialistas (incluindo doutores especialistas)?

3. As qualificações para exercício de docência em cursos pós-secundários (CET) e em cursos de licenciatura ou de mestrado, devem ser iguais ou diferentes (em que medida)?
4. Deve ser criada na carreira uma nova categoria de professor, passando o seu total para 3, à semelhança do que acontece no universitário? Caso afirmativo, em que posição, com que requisitos de acesso e com que conteúdo funcional?
5. Como deve ser encarada a formação dos docentes do Politécnico? Devem os doutoramentos ser realizados em parceria com instituições universitárias? Deverá ser dada preferência a universidades nacionais? No futuro, é ou não admissível o doutoramento realizado dentro da própria instituição?
6. Como deve ser estabelecido um percurso profissional conducente à estabilidade na carreira?
7. Quais os requisitos que deverão ser observados, para além das qualificações, para a aquisição da estabilidade na carreira?
8. A mudança de paradigma na relação professor-aluno implica alterações na forma de regulação das cargas lectivas na carreira?
9. Como assegurar que a eventual continuação da figura contratual do equiparado não é de novo impropriamente usada, designadamente para manter níveis inaceitáveis de precariedade, contornando a lei?
10. Deve manter-se para os futuros docentes em contrato por tempo indeterminado o actual regime contratual de tempo integral, ou só deve haver docentes em dedicação exclusiva ou equiparados (a tempo parcial, embora podendo ter uma carga lectiva completa)?
11. O que é que deve ser regulado pela carreira e o que é que pode ser deixado para as instituições regularem no exercício da sua autonomia?

V. A TRANSIÇÃO DOS ACTUAIS DOCENTES PARA A NOVA CARREIRA

1. Que condições deverão ser estabelecidas para que quem esteja no sistema, e não disponha das qualificações de referência, as venha a adquirir?
2. Em que medida o tempo de serviço já contado deve ser levado em linha de conta, em particular para quem não tenha as qualificações de referência, nas medidas de transição para a nova carreira?
3. Faz sentido aprovar estímulos para que aqueles que se encontram hoje nos quadros, embora não possuindo as futuras qualificações de referência, as possam vir a adquirir? Caso afirmativo, quais?